

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.428.982 - SP (2019/0008495-6)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : PAULO BARZAGLI  
**AGRAVANTE** : PAULO SERGIO BARZAGLI  
**ADVOGADOS** : JULIANA FERNANDES DE MARCO - SP184399  
ANTONIO HENRIQUE DE MARCO E OUTRO(S) - SP300891  
JOSÉ HENRIQUE ZAMAI - SP351580  
**AGRAVADO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : MARCOS CALDAS MARTINS CHAGAS E OUTRO(S) -  
SP303021

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 568/STJ. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
3. O acórdão recorrido que adota a orientação firmada pela jurisprudência do STJ não merece reforma. Súmula 568/STJ.
4. Agravo Conhecido. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido, com majoração de honorários.

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por PAULO BARZAGLI e OUTRO, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 20/08/2018.

**Concluso ao gabinete em:** 06/12/2019.

**Ação:** de indenização por danos materiais e compensação por danos morais ajuizada por PAULO BARZAGLI e OUTRO em face do BANCO DO BRASIL S/A, em razão de cobrança de "dívida paga".

**Sentença:** julgou improcedente a ação.

Acórdão: deu parcial provimento ao apelo manejado pelos ora agravantes, tão somente para deferir os benefícios da assistência judiciária. A

ementa restou assim redigida:

”ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA Pedido de benefício da gratuidade da Justiça - Pessoa física - Admissibilidade desde que declarada a falta de condições de pagar as custas e despesas processuais Art. 4º da Lei nº 1.060/50 Presunção 'iuris tantum' da condição de necessitado Busca da efetividade do direito de acesso à Justiça Inexistência nos autos de prova a infirmar a declaração de insuficiência de recursos exigida pela lei - Recurso nesta parte provido.

RESPONSABILIDADE CIVIL Dano moral Reconhecimento da quitação do débito no curso da execução Sentença de extinção da execução que sequer transitou em julgado Banco que apenas exerceu seu direito de ação Ausência de ato ilícito praticado pelo banco - Indenização indevida Recurso nesta parte improvido.”

**Embargos de Declaração:** opostos pelos agravantes, foram rejeitados.

**Recurso especial:** nas razões do apelo nobre, os recorrentes alegam violação dos arts. 776 do CPC, 186 e 940 do CC, bem como divergência jurisprudencial. Sustentam que "se a execução foi promovida por débito quitado, é dever ao recorrido a repetição do indébito em favor dos Recorrentes, bem como reparar as perdas e danos impostos pela demanda indevida". Asseveram que "os valores pagos ao advogado contratado integram as perdas e danos, os quais devem ser ressarcidos, provada a imprescindibilidade da ação e a razoabilidade do valor pago".

## **RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

### **- Da fundamentação deficiente**

Os argumentos invocados pelo agravante não demonstram como o acórdão recorrido violou o art. 776 do CPC, o que importa na inviabilidade do recurso especial ante a incidência da Súmula 284/STF.

### **- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à (i) não configuração de ilegalidade praticada pelo recorrido, uma vez que "apenas

exerceu seu direito de ação, constitucionalmente garantido"; (ii) não restou configurada a abusividade das cobranças e que (iii) "não houve prejuízo aos autores, pois foi deferida a expedição de ofícios aos órgãos de proteção ao crédito determinando a exclusão das anotações desabonadoras", exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

**- Da Súmula 568/STJ**

A Corte de origem adotou entendimento em consonância com a jurisprudência do STJ, no sentido de que a contratação de advogados para atuação judicial na defesa de interesses das partes não constitui, por si só, dano material passível de indenização, porque inerente ao exercício regular dos direitos constitucionais do contraditório, ampla defesa e acesso à Justiça. Sobre o tema: AgInt no REsp 1582810/SP, 4ª Turma, DJe 09/03/2018; AgInt no REsp 1519215/SP, 4ª Turma, DJe 05/09/2017; AgInt no AREsp 770.218/PR, 3ª Turma, DJe 16/05/2017.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III e IV, "a", do CPC/2015, bem como na Súmula 568/STJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGO-LHE PROVIMENTO.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor atualizado da causa (e-STJ fls. 241) para 17%.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

Relatora

